

Valor 16/mar/2010

## O impasse brasileiro

José Eli da Veiga



As candidaturas de eventual plebiscito para a presidência fugirão como o diabo da cruz das mais decisivas propostas para o futuro sustentável do Brasil. Não apenas por serem temas demasiadamente incômodos em disputas eleitorais. Principalmente porque nada de convincente sobre eles poderia sair do PT ou do PSDB, muito menos de qualquer de seus funestos aliados.

Quem não percebe que o clamor por "reforma tributária" foi se tornando unânime justamente ao passo em que se revelava sua deplorável inviabilidade política? No entanto, para melhorar a competitividade seria imprescindível contar com drástica redistribuição da carga que desonerasse a folha salarial. E mesmo isso seria pouco, pois o país precisa de novo sistema tributário como parte de uma estratégia macroeconômica muito mais avançada que o atual "tripé", com meta de inflação, superávit primário e câmbio flutuante. Os principais agentes econômicos só se convenceriam que o Brasil estaria realmente mudando para melhor se uma nova proposta não apenas conservasse, mas também superasse tão modesta trinca.

São brutais as resistências a encarar tal desafio porque está exacerbada a frequente contradição entre as racionalidades política e econômica. Não combina com a racionalidade política o conjunto de medidas que permitiria elevar a taxa de investimento a um patamar próximo dos 25%. Para tanto, a expansão do consumo precisaria ser bem inferior ao aumento do PIB. Nem de longe poderia crescer como no governo Lula, em média anual de 4,7% entre 2003 e 2008. O consumo total (governo + famílias) não deveria aumentar mais que uns 3% ao ano, o que demandaria rígido controle do aumento das despesas governamentais de custeio, com simultânea melhoria qualitativa de toda a máquina pública. Ou seja, a agenda fiscal é pré-requisito da indispensável mudança do sistema tributário.

Seria preciso gerar um superávit anual que permitisse cuidadosa e paulatina redução da carga tributária para menos de 30% do PIB. Algo impraticável se não fosse fixado um teto para o aumento das despesas primárias do governo equivalente a metade do crescimento do PIB, por exemplo. Além disso, aumento da produtividade dos serviços públicos faria combinação perfeita com ao menos três outras diretrizes básicas: redução da regressividade dos impostos indiretos; firme incentivo à poupança; e desoneração do investimento e da exportação.

Mas nada disso teria a necessária coerência se também não fosse desarmada a bomba relógio da previdência. Com todo o respeito pelos direitos adquiridos, e com razoável período de carência, seria inevitável que um governo responsável buscasse a adoção de idades mínimas para aposentadoria por tempo de contribuição; redução da diferença de requisito de idade e de tempo de contribuição entre homens e mulheres; mudanças similares das idades de aposentadoria para os servidores; alterações semelhantes na aposentadoria rural, mesmo que mais paulatinas; racionalização das regras de cálculo

das pensões do INSS; aumento da exigência contributiva de quem se aposenta por idade; e elevação da idade para o benefício LOAS.

Também seria necessário avançar em áreas que foram bem enfatizadas há quase oito anos na já célebre "agenda perdida". Continuar a desindexação da economia sem descumprir contratos. Promover as inadiáveis negociações entre trabalhadores e empregadores para que, com ganhos para ambos, houvesse efetiva desoneração da folha. Ampliar garantias e adaptar instrumentos para expandir o crédito à formação de capital. Desburocratizar para tornar o Estado mais eficiente. E várias outras medidas complementares para que pudesse ocorrer significativa queda do custo do capital, além de tantas outras para a modernização do Judiciário.

Tão ou mais decisivo seria ir além do frustrado sonho de uma "reforma trabalhista" para a qualificação de recursos humanos com reduções da informalidade, do desemprego e da rotatividade. Um único exemplo: prova única aplicada pelo MEC para os alunos que completassem cada uma das três séries do segundo grau diminuiria substancialmente a assimetria de informações que dificulta o emprego de jovens com nível médio de educação.

Finalmente, mas não menos importante, todos os programas federais que já contribuem para a redução da pobreza precisariam passar a se concentrar na infância e na juventude, em vez de focar adultos e idosos, como vem ocorrendo. Afinal, continuam pobres mais da metade das crianças de até 6 anos. E é parecida a situação da faixa 7 a 14 anos. Por isso, nada poderia ser melhor do que acabar com a tragédia educacional dessa garotada.

Fica claro que o principal problema da atualidade brasileira é que quase nenhuma das questões mencionadas acima será enfrentada se continuar essa chantagem dos caciques e coronéis eufemisticamente chamada de "presidencialismo de coalizão", à qual tiveram que se conformar o Lula do pós-mensalão e o FHC da pós-desvalorização. Pior ainda se o próximo presidente for feito refém dos três principais lobbies que, sem querer, conspiram contra o futuro do país: o dos empresários que bancam campanhas eleitorais para obter muito mais do que o legitimado por suas contribuições para o bom desempenho da economia nacional; o dos próprios políticos que jamais seriam eleitos sem festivais de benesses federais; o corporativista, que junta funcionários públicos e aposentados a um leque bem maior de dependentes de transferências públicas.

É esse bloqueio decisório que trava a modernização do país, para nem mencionar o desafio de transitar ao ecodesenvolvimento. De pouco ou nada ajudaria a tão falada "reforma política", com fidelidade partidária, lista fechada, voto distrital e verticalização. Por isso, para quem tem consciência da necessidade de sair desse impasse para ir adiante, só resta lutar por profunda revisão constitucional. Daí a crucial importância de impedir que a eleição presidencial seja uma perversa escolha entre seis e meia dúzia. Razão suplementar para dar toda força à generosa candidatura de Marina Silva.